

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

**A RELEVÂNCIA DAS VARIÁVEIS
MACROECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA
DEPUTADOS NO BRASIL**

IAN RIBEIRO BENNESBY

Matrícula n°: 105045412

Email: ianben@gmail.com

ORIENTADOR: Carlos Eduardo Rebello

E-MAIL: crebello@antares.com.br

FEVEREIRO 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

**A RELEVÂNCIA DAS VARIÁVEIS
MACROECONÔMICAS NAS ELEIÇÕES PARA
DEPUTADOS NO BRASIL**

IAN RIBEIRO BENNESBY

Matrícula n°: 105045412

Email: ianben@gmail.com

ORIENTADOR: Carlos Eduardo Rebello

E-MAIL: crebello@antares.com.br

FEVEREIRO 2010

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a)
autor(a)*

ABSTRACT

“The purpose of this text is to try to value whether there is a significant effect of macroeconomic variables on Brazilian electors’ choices for the Federal and State Legislatures. Elections occur every 4 years. Elections between 1982 and 2006 are analyzed. To make the analysis, an econometric model was created, and the relevancies of the chosen variables were measured.”

RESUMO

O intuito desta monografia é avaliar se há um efeito significativo das variáveis macroeconômicas sobre a opção individual de voto para deputados estaduais e federais. As eleições legislativas ocorrem a cada quatro anos, e serão analisadas entre o período de 1982 e 2006. Para a realização desta análise, será criado um modelo econométrico o qual permitirá que a relevância das variáveis seja analisada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores Carlos Eduardo Rebello e Getúlio Borges, que me auxiliaram na elaboração desta monografia. Agradeço também aos meus pais, meus amigos e minha namorada por todo o apoio e suporte dado na elaboração desta.

A RELEVÂNCIA DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS PARA AS ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS NO BRASIL

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo I – Eleição, Voto e Denominações Partidárias	8
I. I O Estudo	8
I. II O Poder Legislativo	9
I. III Sobre o Voto	10
I. IV Esquerda e Direita	14
Capítulo II – O Modelo	17
II. I – O modelo	19
II. I. I Variáveis	21
II. II – Limitações do Modelo	22
II. III – Equações e Resultados	22
II. III. I - Equações	23
II. III. II Resultados Matemáticos	27
II. IV Interpretação dos Resultados	28
Conclusão	30
Referências Bibliográficas	31

Introdução

O objetivo desta monografia é verificar a existência de uma efetiva relevância das variáveis macroeconômicas na escolha, pelos eleitores, dos candidatos a deputados, tanto estaduais quanto federais.

Para alcançar este objetivo, será inicialmente feita uma análise do cenário eleitoral brasileiro, com distinção entre partidos de direita e de esquerda e uma breve e sucinta descrição do funcionamento do sistema eleitoral.

Para verificar a hipótese de que o eleitor é influenciado pelas variáveis macroeconômicas à época das eleições, será elaborado um modelo econométrico utilizando como base o padrão Probit. As variáveis macroeconômicas terão como base os dados divulgados pelo IPEADATA, enquanto os resultados eleitorais terão como fonte, as compilações feitas pelo sociólogo Jairo Nicolau dos Santos.

A análise econômica no âmbito político é bem conhecida. Robert Downs, ainda na década de 50, utilizava hipóteses econômicas para explicar o comportamento eleitoral e político, e seu livro “*An Economic Theory of Democracy*” é um marco para o estudo da política sob a ótica econômica. Downs escreve sobre democracias de uma forma geral, mas utiliza-se primordialmente de estudos de casos, baseados nas experiências do sistema democrático americano.

Sobre o caso brasileiro, uma grande quantidade de estudos foi conduzida no período entre 1970 e 1990 sofrendo, a partir daí, uma redução significativa no número de estudos, principalmente com teor econômico. Com isso em mente, o intuito desta monografia é estimular o interesse de futuros pesquisadores sobre o assunto eleitoral sob uma ótica econômica.

Esta monografia, por outro lado, não se baseia em modelos de economia clássica e utiliza ferramentas econométricas para responder à pergunta: - “O voto do eleitor brasileiro é influenciado por variáveis macroeconômicas?”

Capítulo I – Eleição, Voto e Denominações Partidárias

Para respondermos a esta pergunta, apresentaremos a seguir alguns conceitos básicos de teoria de comportamento eleitoral. O estudo de comportamento eleitoral sob o olhar econômico é relativamente recente se comparado com outras áreas da economia. A primeira grande obra sobre o assunto surgiu apenas na década de 50. Este fato é compreensível, uma vez que ao pensar em Democracias estáveis, pensa-se na história recente, principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial. Este tipo de estudo no Brasil ainda é incipiente, principalmente, devido ao longo período sem eleições livres durante o regime de ditadura militar, onde não faria sentido analisar influências sobre o eleitorado.

I.1 O Estudo

A primeira grande obra dedicada ao assunto é de autoria de Anthony Downs (1957), com o título “*An Economic Theory of Democracy*”. Downs se utiliza de uma metodologia tipicamente neoclássica para analisar o comportamento do cidadão que vota. O livro de Downs começa utilizando os axiomas básicos de um “*homo economicus*” e vai evoluindo dessas premissas até chegar a uma teoria que seja mais aplicável no mundo real.

Ao utilizarmos a premissa de um homem racional, no sentido econômico da palavra, esbarramos primeiramente no ato do voto. Um indivíduo racional, teoricamente, não tem incentivo algum para votar, uma vez que seu voto não tem importância no contexto geral. Segundo Brennan e Lomasky (1993) “... the probability of being decisive in a U.S. presidential election with the electorate of around 150 million voters is at most 1 in 12,500 and is almost certainly much smaller.”¹ Logo, não deveria haver incentivo para um indivíduo racional votar, mesmo assim, a taxa de abstenção de eleitores brasileiros raramente passa de 20%, e isso em casos muito particulares.

Brennan e Lomasky usam a teoria de “two hats” (dois chapéus), que diria que o comportamento de um cidadão no mundo político é diferente de seu comportamento do mundo econômico, ou do mercado. Logo, um ato no mundo político não representaria uma falta de racionalidade por parte do cidadão, mas apenas um diferente tipo de

¹ BRENNAN, Geoffrey. *Democracy & Decision*, Cambridge: Cambridge Press, 1993. P. 23

racionalidade. O indivíduo tomaria diferentes tipos de decisões sobre assuntos similares caso esses assuntos sejam apresentados no campo econômico ou no campo político.

Para entender o que pode vir a motivar e influenciar um voto, primeiramente é importante definir as consequências de um voto. Numa eleição convencional, temos alguns candidatos que representam certos partidos políticos, os quais aspiram ao controle ou a influência sobre Governo. Para definição de Governo, Downs prefere usar a definição de Dahl e Lindblom, “Governments [are]... Organizations that have a sufficient monopoly of control to enforce an orderly settlement of disputes with organizations in the area... Whoever controls government usually has the “last word” on a question; whoever controls the government can enforce decisions on other organizations in the area.”. Entretanto, os mesmos autores admitem que “All short definitions of government are inherently ambiguous”²

Com estas definições iniciais em mente, podemos avançar um pouco mais no entendimento do sistema eleitoral. O foco desta monografia são as eleições do Legislativo, mais especificamente as eleições a deputados federais e estaduais. Desta forma, as eleições para o Executivo não serão analisadas.

I.II O Poder Legislativo

As especificações e atribuições do poder Legislativo são definidas no Brasil pela Constituição Federal de 1988.

Segundo o Artigo 44 da Constituição Federal, “Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.”

O artigo 45 inciso 1º diz que: “O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.”. E o inciso 2º do mesmo artigo “Cada Território elegerá quatro Deputados.”

Algumas das responsabilidades do Congresso Nacional estão elencadas abaixo:

² DAHL, Robert A. & LINDBLOM, Charles E, “Politics, Economics and Welfare” (New York: Harpen & Brothers, 1953) pg 42

“Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso força

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)”

Além destas já citadas, existem uma série de outras atribuições do Poder Legislativo. Todas as leis e decretos, após serem aprovadas, pelo Congresso Nacional têm efeito direto e efetivo sobre o povo brasileiro, o que demonstra que os cargos de Deputado Estadual e Federal são de extrema importância e poder.

I.III Sobre o Voto

Tendo sido explicado como se dá a distribuição dos cargos e como funciona a eleição para o Congresso, podemos passar adiante na questão do voto.

Pensando novamente como Downs, se os agentes forem racionais, logo egoístas, não haveria benefícios aos agentes vindo do voto, a não ser que este voto seja decisivo para a eleição. No Brasil, por ser o voto obrigatório, é difícil ver um movimento de abstenção, uma vez que a abstenção sem justificativa é passível de sanção legal (multa, proibição de emissão de passaporte, impedimento de prestar concurso para cargo público, e, no caso de funcionários públicos, corte de pagamento). Mesmo assim, uma pesquisa recente pela Vox Populi constatou que se as eleições não fossem obrigatórias 51% das pessoas ainda votariam³, e se considerarmos como uma expressão do desinteresse do eleitor pelo voto o voto nulo, temos que os coeficientes de tal “alienação eleitoral” são historicamente muito reduzidos no Brasil, tendo sido ainda mais reduzidos quando o uso da urna eletrônica dispensou os eleitores de reduzida alfabetização da

³ VOX POPULI, Julho de 2008

necessidade de escrever seu voto na cédula. Segundo dados de Jairo Nicolau⁴, nas eleições de 2006 apenas 11,6% dos votos para o Senado foram nulos.

Mesmo em países onde o voto não é obrigatório, essa teoria não se comprova. Na Holanda⁵, por exemplo, o voto não é obrigatório, mas, ainda assim, 80% da população votante compareceu às urnas. Na França, este percentual foi acima de 83%. Logo, é fácil de concluir que há algo que o cidadão obtém do voto além da possível vitória de seu candidato.

O voto pode ter uma utilidade muito maior do que apenas a escolha de um representante. Isso porque, segundo Downs, “elections are devices for the selection of governments, though they actually serve many purposes, besides this one. They can also be (1) means of creating social solidarity, as they are the modern communist countries (2) expression of political preference, (3) devices for releasing personal aggression in legitimate channels (e.g., in political campaigns) and (4) incentives for citizens to inform themselves about current events”⁶.

Para entender melhor como funciona o voto para o eleitor, é preciso explicar em quem ele vota. O voto não é direcionado apenas a um indivíduo, pois quando um voto é dado, é levado também em consideração o partido do candidato escolhido, mesmo que a Pesquisa Eleitoral elaborada pela Vox Populi de Julho de 2008⁷ mostre que 70% da população vota levando em consideração apenas a pessoa, desconsiderando o partido, mas como o candidato deve de alguma forma refletir as prioridades do partido – e a legislação brasileira só admite candidatos apresentados por partidos - a preposição de que são os partidos que recebem votos é, ainda assim, válida.

Definir o que é um partido político não é um trabalho tão fácil. Downs resume um partido político como “a political party is a team of men seeking control of the governing apparatus by governing office in a duly constituted election.”, considerando a palavra *team* como “a coalition of men who agree in their goals”⁸

Se formos levar em consideração o mesmo axioma de indivíduos egoístas que tomamos quando falamos de eleitores, é possível deduzir que os indivíduos que buscam o poder têm o mesmo comportamento, logo os partidos políticos formados por indivíduos racionais buscam sempre o melhor para eles próprios. Com isso, os

⁴ Dados em http://jaironicolau.iuperj.br/jairo2006/port/cap3/eleitorado/Cap3_2006p.htm

⁵ Dados em <http://www.nlverkiezingen.com/TK2006.html>

⁶ DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*, Nova York: Harper and Row, 1957. p. 48

⁷ VOX POPULI, Pesquisa de Opinião Pública Nacional, Julho de 2008

⁸ DOWNS (1957) p.25

interesses do povo ficam relegados a um segundo plano, desde que o partido consiga sua eleição, “Thus, politicians in our model never seek Office as a mean of carrying out particular policies; their only goal is to reap the rewards of holding Office per se”⁹. Os partidos deste modelo buscam a reeleição como objetivo majoritário e não mudanças sociais ou alteração de modelo políticos. Em outras palavras, Política para buscar eleição e não eleição para buscar políticas.

Essa proposição traz um problema, se todos os partidos buscam a reeleição - ou eleição, caso esteja na oposição - e eles possuem informações dos eleitores, suas propostas seriam muito parecidas, para não dizer possivelmente iguais. E se esse for o caso, como um eleitor saberia a diferença entre um e outro partido, e como decidir o voto? Essa é a questão central desta monografia.

Para responder essa pergunta é importante apresentar uma pequena introdução sobre a política brasileira.

O Brasil viveu uma ditadura militar de 1964 até 1985, e reteve a Constituição elaborada pela ditadura até 1988, quando foi redigida a nova e atual Constituição. Durante o período ditatorial, o Poder Legislativo esteve subjugado ao Executivo, os famosos Atos Institucionais foram responsáveis pelo esvaziamento da Constituição Federal. Não obstante fossem mantidas as eleições ao Legislativo, estas realizavam-se com um grau bastante reduzido de politização das escolhas, sendo esta a razão desta monografia analisar tão somente o período posterior a 1982, quando foi posto o fim ao bipartidarismo e houveram as primeiras eleições diretas para eleição de Governadores, simbolizando um abrandamento do regime.

O período pós-ditadura foi marcado por uma grande esperança, mas ao mesmo tempo, uma grande desconfiança em relação aos políticos. Desconfiança esta, que perpetua até hoje. E com certa razão, pois o primeiro presidente eleito após mais de 20 anos de ditadura sofreu um processo de *impeachment* após grande escândalo de corrupção.

Essa desconfiança foi confirmada em pesquisa realizada pelo instituto Vox Populi, em abril de 2002.¹⁰ Mais de duas mil pessoas foram entrevistadas sobre em quem elas mais e menos confiam. As perguntas eram simples “Na palavra de qual desses tipos de gente você acredita mais?” e “Na palavra de qual desses tipos de gente você acredita menos?”.

⁹ DOWNS (1957). p. ??

¹⁰ VOX POPULI, abril de 2002

Políticos tiveram apenas 1% das pessoas confiando em suas palavras, e 55% de pessoas respondendo que não confiam em suas palavras, crianças foram as mais votadas em relação à confiança com 42% e professores foram os menos votados em relação à desconfiança com 0%.

Em outras palavras, o Brasil é um país em que as pessoas votam em representantes em que não têm confiança; essa afirmação pode ser usada para explicar a eleição de certos políticos, que se dizem, ou agem como, anti-políticos.

A desconfiança vem de um problema chamado “Incerteza”. Os agentes têm desconfiança, pois não conhecem o futuro, o mundo é cheio de incertezas, e assumir que as pessoas estão aptas a usar todas as informações que estão à disposição e ainda, que todas as informações necessárias para uma escolha “perfeita” estejam à disposição é bastante improvável.

Downs explica isso traçando uma diferenciação entre “conhecimento” e “informação”. “Conhecimento” são conhecimentos gerais, os quais oriundam-se da educação que o indivíduo recebe quando mais jovem, e que vai acumulando durante toda a vida adulta. “Informação”, por outro lado, pode ser muito difícil de ser encontrada, e mesmo se for alcançada, a informação só pode ser interpretada se houver um conhecimento prévio, pois para um indivíduo com pouca formação, o acesso a dados macroeconômicos, por exemplo, podem ser irrelevantes. Logo, um indivíduo “informado” é um sujeito com “Conhecimento” que obtém informações.

Para combater a falta de informação, partidos políticos em campanha “jogam” ao eleitorado uma série de dados, considerando-se que todos sejam verdadeiros, relevantes, ou às vezes nem tanto - mas estas informações podem ser interpretadas de formas diferentes dependendo do nível de conhecimento que a pessoa possui.

Essa questão da disseminação da informação tem sido discutida no Senado ultimamente. Em votação recente sobre o projeto de lei eleitoral aplicável às eleições federais e estaduais de 2010 está sendo definido se será permitido o uso da Internet como meio de comunicação eleitoral e também se o eleitor poderá saber quem financia a campanha dos candidatos antes da realização da eleição. Caso essas questões sejam permitidas, haverá uma grande mudança no perfil da distribuição da informação, pois o uso da internet permitirá um envio muito mais direto e rápido da informação, além de ser muito intenso. Quanto à questão dos financiadores das campanhas, essa informação obtida por um indivíduo com conhecimento poderá ajudá-lo a entender as intenções do candidato.

Outra questão importante é como os indivíduos utilizam a informação a sua volta, pois muitos dados, como alguns dados inflacionários, amplamente divulgados em jornais e programas de rádio, ou mesmo o valor do salário mínimo, estão à disposição da população em geral. Um indivíduo racional deveria ter toda a informação à sua disposição, como não é o caso, vamos considerar como informações relevantes apenas aquelas que são de fácil acesso a todos.

Quanto ao acesso, dados mais precisos, na maioria das vezes estão disponíveis a todos que tenham algum acesso à internet, mas no Brasil, na maior parte dos estados, a população ainda não possui esse acesso completo. Até 2006, apenas 35,3 milhões de pessoas eram usuárias de internet¹¹. Como Downs escreve em seu livro, por haver um excesso de informações, o eleitor opta por escolher a que estiver mais disponível, ou seja, vai considerar apenas as informações que ele possa obter sem muita dificuldade, logo as propagandas políticas tem um efeito muito relevante em regiões em que há uma insuficiência de acesso à informações.

As informações relevantes, para esta monografia, serão além do partido do candidato ser de “esquerda” ou “direita”, os dados macroeconômicos de fácil acesso a todos e de relativamente fácil compreensão. Além disso as variáveis escolhidas podem ser percebidas pelo eleitor, mesmo que esta não seja divulgada amplamente, isto porque, as variáveis em questão estão, relacionadas à renda.

I.IV Esquerda e Direita

O que é esquerda e direita para o brasileiro?

O conceito de esquerda e direita vem do século XVIII, mais especificamente, dos Estados Gerais, onde existia uma divisão entre três estabelecimentos: a aristocracia sendo o primeiro estado, o clero sendo o segundo e o “resto” da população, o terceiro estado, este sendo o único que pagava impostos diretos.

Na distribuição dos assentos, o monarca sentava-se ao centro, com o clero a sua direita e o terceiro estado a sua esquerda. Os “esquerdistas” eram reconhecidamente oposição ao governo e buscavam sempre atender as demandas de melhores condições de vida e direitos para a população em geral. Os esquerdistas foram os primeiros a apoiar o

¹¹ Dados de <http://www.teleco.com.br/internet.asp> acessado em 16 de fevereiro de 2010

conceito de “*laissez faire*” e apoiar o capitalismo mais dinâmico, até o surgimento do socialismo que se tornou a “bandeira” dos partidos de esquerda.

De lá para cá os conceitos de esquerda e direita mudaram muito e cada país tem uma concepção diferente destes conceitos.

No Brasil, por exemplo, a direita é associada à questão da ditadura militar, que era uma direita extremista. No outro extremo, não há uma grande identificação do brasileiro com a ideologia comunista.

O Brasil é considerado como sendo um país de Centro, e com isso, Esquerda e Direita orbitam em volta deste conceito mais centrista. O PT, o grande símbolo da Esquerda brasileira é um bom exemplo disto, promovendo uma política econômica bem próxima à utilizada pelos governos anteriores.

Uma grande questão de Esquerda e Direita brasileira é a questão da privatização, o Governo FHC é reconhecidamente um governo privatizador, enquanto o governo Lula é um governo que não estatizou nada, mas manteve empresas de setores estratégicos em poder do governo.

A reforma agrária é uma questão muito relevante. A Esquerda deveria, teoricamente, acelerar este processo, mas o que foi visto no governo Lula, que é de Esquerda, foi manutenção da ausência de reforma agrária pensada. Isso se deve ao grande poder político dos latifundiários brasileiros já que o Brasil é um país com extrema concentração de terra logo há uma grande pressão destes para não levar a reforma agrária adiante.

A distribuição de renda é o grande diferencial da Esquerda brasileira. Governos de Esquerda tendem a distribuir uma maior quantidade de benefícios para cidadãos de menor renda. Mas embora essa estratégia seja por conceito, de Esquerda, é algo que os candidatos de Direita sempre apóiam e garantem que não irão cancelar.

Como foi dito no início deste capítulo, cabe ao Congresso dispor sobre distribuição de rendas e impostos, elementos que afetam diretamente o cidadão e sua renda.

Com isso em mente é possível traçar uma diferenciação mais exata destes dois lados da política brasileira e, como base, esta monografia usará o livro de André Singer, “A esquerda e direita no eleitorado Brasileiro”.

Singer acredita que o grande diferencial para a escolha entre Esquerda e Direita é a questão de Ideologia: o eleitor vai votar no lado que ele tiver maior identificação. Singer se baseia em eleições presidenciais e as analisa uma a uma. Ele consegue mostrar

que há uma grande influência da ideologia na escolha do candidato, mas também chega à conclusão de que variáveis macroeconômicas podem ser de extrema importância. Ele cita: “Não há dúvida de que a oscilação de uma parcela significativa do eleitorado – cerca de metade dos eleitores de Fernando Henrique, 17 milhões de votos, portanto – em função do programa de estabilização *decidiu* a eleição. Desse ponto de vista do pleito de 1994. para dizê-lo com todas as letras, *o real fez Fernando Henrique ganhar*”¹² devido ao controle da inflação.

No modelo desta monografia não será encontrada relevância na variável inflação, mas este modelo não analisa eleições para o executivo, logo, estas hipóteses não são conflitantes.

Singer discute o que seria uma plataforma de Direita e de Esquerda, e percebe que para o brasileiro, o combate à desigualdade sempre é estimulado, e que os eleitores brasileiros estão sempre em busca de mudança. O que vai diferenciar uma plataforma de Esquerda de uma de Direita será o *como* será feita esta mudança, políticas que funcionam tem continuidade, não importando qual partido era o predecessor, ou sucessor. No próximo capítulo será apresentado o que foram consideradas prioridades de plataformas de Esquerda e Direita.

No modelo que será apresentado no próximo capítulo, os partidos que tiveram deputados eleitos no período analisado serão distribuídos nas categorias Esquerda e Direita. As variáveis macroeconômicas a serem utilizadas também serão explicadas uma a uma.

¹² SINGER, André. *Esquerda de Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. P. 128

Capítulo II – O Modelo

Neste capítulo 2 será apresentado um modelo econométrico apresentando variáveis macroeconômicas relacionadas com os resultados das eleições do legislativo entre 1982 e 2006.

Para elaborar este modelo foram utilizados os programas SPSS e Eviews, os dados macroeconômicos foram obtidos do INEP, os resultados das eleições foram retirados dos dados do site do professor do IUPERJ, Jairo Nicolau.

No período analisado ocorreram sete eleições, isso pode ser considerado um número pequeno de eleições para se ter uma conclusão concreta, mas como eleições anteriores a 1982 são extremamente tendenciosas devido ao regime militar, é necessário escolher uma eleição de corte. Mesmo as eleições de 1982 foram no período militar, mas apresentam alguma porcentagem de cadeiras para partidos de esquerda, ao menos no âmbito do Congresso.

Cargo	Deputados			
Soma de Cadeiras	DIR / ESQ			
Ano	ESQ	CEN	DIR	OUTRO
1982	31	200	248	0
1986	47	260	180	0
1990	141	154	208	0
1994	116	205	191	1
1998	115	183	214	1
2002	167	148	196	2
2006	192	155	162	4
Total geral	809	1305	1399	8

A distribuição dos partidos entre as categorias de Esquerda, Direita e Centro foi feita levando em consideração o artigo publicado por Luis Fernandes “*Muito Barulho por nada? O realinhamento político-ideológico de 1994*” na Revista DADOS, Vol.38. No texto, Luis Fernando argumenta que partidos poderiam ser definidos segundo a tabela abaixo:

Prioridade no Plano Político	
ESQUERDA	DIREITA
1. Transformação	1. Continuidade

2. Democracia e direitos humanos	2. Segurança nacional
3. Identidade e soberania nacionais	3. Integração com os centros de poder dominantes no mundo
Prioridade no Plano Econômico-Social	
ESQUERDA	DIREITA
1. Justiça social	1. Desenvolvimento econômico
2. Redução de desigualdades	2. Competitividade
3. Necessidade de investimentos	3. Saneamento das finanças governamentais
4. Subsídios	4. Rigor fiscal
5. Gasto social	5. Controle da inflação
6. Garantia de emprego	6. Eficácia
7. Distribuição de renda	7. Bom funcionamento do mercado
8. Controle nacional de recursos naturais e de setores estratégicos da economia	8. Políticas de livre mercado e livre empresa para atrair investidores estrangeiros

Com essa tabela em mente, foi possível dividir os partidos brasileiros, que tiveram deputados eleitos no período analisado, em 3 grupos, Direita, Esquerda e Centro. Luis Fernando escreve seu artigo em 1994, logo não foi capaz de classificar partidos que surgiram após esta data, mas com essa tabela como guia e um pouco de pesquisa nos sites dos próprios partidos, foi possível classificar quase todos os partidos.

A distribuição ficou como na tabela a seguir:

ESQUERDA	DIREITA	CENTRO
PT	PFL	PMDB
PDT	PPR	PSDB
PSB	PDS	PTR
PC DO B	PDC	PST
PTDOB	PTB	PRS
PMN	PL	
PPS	PSD	
PCB	PRP	
PV	PRONA	
PCB	(PTR-PP)PPB	
PSOL	PP	
PRN/PTC	PSC	
PRTB	PPR	

É possível ver claramente que o número de partidos de esquerda e direita é muito maior que o número de partidos de centro, isso se dá porque a plataforma do centro é representada pelo partido PMDB, que possui o maior número de deputados eleitos em quatro das sete eleições analisadas.

II.I – O modelo

O modelo utilizado será o de estatístico Probit. Que é definido em um artigo da Universidade de Coimbra para como o seguinte:

“O Modelo *probit* (ou Normit) é uma alternativa do modelo *logit* que admite a função de distribuição Normal (standard) para expressar a relação não linear entre as probabilidades estimadas da variável dependente e as variáveis explicativas.

O Modelo *probit* admite a seguinte hipótese:

$$I_i = b_0 + b_1X_{1i} + \dots + b_nX_{ni} \quad (4)$$

onde I_i é um índice *não observado* dependente das variáveis X_{1i}, \dots, X_{ni} de tal modo que quanto maior é o valor do índice I_i maior é a probabilidade de o indivíduo possuir a característica de interesse.

Assume-se também que corresponde um nível limiar (crítico) do índice I_i^* tal que, se $I_i^* \leq I_i$ o indivíduo possui a característica de interesse (tem casa), caso contrário não possui esta característica.

Admitindo a hipótese da normalidade, a hipótese de que $I_i^* \leq I_i$ pode ser apresentada do seguinte modo:

$$P_i = P_i(Y_i=1 | X_{1i}, \dots, X_{ni}) = P(I_i^* \leq I_i) = P(Z_i \leq b_0 + b_1 X_{1i} + \dots + b_n X_{ni}) = F(b_0 + b_1 X_{1i} + \dots + b_n X_{ni}) \quad (5)$$

onde $Z_i \sim N(0, 1)$ e

$$F(I_i) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{I_i} e^{(-Z^2/2)} dZ = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{b_0 + b_1 X_{1i} + \dots + b_n X_{ni}} e^{(-Z^2/2)} dZ$$

Esta função permite que a probabilidade P_i permaneça entre 0 e 1, ou seja

$$\lim_{Z \rightarrow +\infty} F(Z) = 1 \quad \text{e} \quad \lim_{Z \rightarrow -\infty} F(Z) = 0$$

O modelo *probit* é estimado pelo método da Máxima Verossimilhança, método de estimação não linear.

Os coeficientes estimados do modelo *probit* não têm uma interpretação fácil e directa. Para serem comparáveis com os coeficientes estimados do modelo probabilístico linear têm de ser divididos pelo factor 2.5.”¹³

Este modelo usará as variáveis macroeconômicas escolhidas para tentar prever o resultado das eleições para Deputados Federais e Estaduais. O modelo não tentará prever exatamente quem será eleito, pois isso seria uma tarefa impossível, mas o modelo tentará prever a relevância destas variáveis para o resultado final.

Para analisar os resultados das eleições foi preciso, de acordo com a definição dos partidos acima, presumir que existem apenas 3 resultados possíveis. Termos mais deputados de esquerda eleitos, mais deputados de direita ou o mesmo número de esquerda e direita.

Por ser um modelo que trabalha com resultados binários o Probit não aceitaria o resultado de centro, esquerda, direita e indefinição. Logo os partidos de centro serão considerados como de “controle”, o estado será considerado de direita ou esquerda de acordo com a proporção entre esse dois lados.

O modelo considerará automaticamente as eleições em que esquerda igual direita como nulas (zero no modelo), uma vez que não há vitória de nenhum dos lados, mas o número de eleições em que isso ocorre é muito baixo, logo, não afeta o resultado significativamente. Com isso, teremos apenas dois resultados possíveis: Direita ou

¹³ <https://woc.uc.pt/feuc/getFile.do?tipo=2&id=8539>

Esquerda (1 e 2 respectivamente no modelo). Esta suposição torna a modelagem possível e simples.

II.I.I Variáveis

As variáveis macroeconômicas escolhidas foram:

Variação Anual do salário real (v_s_r): Série em reais (R\$), variação ano a ano da série, elaborada pelo IPEA, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE por ano.

Variação Anual do PIB per capita (v_pib_pc): Elaboração IPEA. Série estimada utilizando-se o PIB preços de 2007, a taxa de câmbio real (R\$) por dólar americano (US\$) comercial (venda) - média de 2007 e a população residente em primeiro de julho.

Inflação Anual (IGPDI): “IGP-DI / FGV (*Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna*)- Calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os conceitos Disponibilidade Interna e Oferta Global dependem de como se considera o componente IPA. O IGP, no conceito Disponibilidade Interna, procura medir os preços que afetam diretamente as unidades econômicas situadas dentro do território brasileiro. Das ponderações é excluída a parte do produto interno que é exportada (no conceito Oferta Global a parte do produto que é exportada é considerada). O IGP-DI se refere ao mês "cheio", ou seja, o período de coleta vai do primeiro ao último dia do mês de referência e a divulgação ocorre próxima ao dia 20 do mês posterior. O IGP-DI foi criado em 1947 com o objetivo de balizar o comportamento de preços em geral na economia. Este índice é uma média aritmética ponderada composta pelos seguintes fatores:

- Índice de Preços no Atacado (IPA) - onde entram preços praticados do mercado atacadista e representa 60 % do IGP-DI.
- Índice de Preços ao Consumidor (IPC) - a coleta de dados ocorre nas cidades de S.Paulo e Rio de Janeiro dentre as famílias que tem uma renda de 1 a 33 salários mínimos. Representa 30 % do IGP-DI.
- Índice Nacional de Construção Civil (INCC) - onde são avaliados os preços no setor de construção civil, não só de materiais como de mão-de-obra. Representa 10 % do IGP-DI.”¹⁴

¹⁴ Referência de http://www.bertolo.pro.br/Adminfin/HTML/Indices_Indicadores.htm

Variação Anual da renda doméstica (v_rendad): Razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. Medida pelo IPEA, em R\$(2002).¹⁵

Estas variáveis serão as “variáveis independentes” na equação do modelo e são relacionadas ao ano da eleição.

A “variável dependente” do modelo será o resultado da eleição. Estes resultados foram compilados definindo o número de deputados eleitos em cada estado, separados em centro, esquerda e direita de acordo com as definições acima. Os dados foram retirados do site do cientista político Jairo Nicolau (<http://jaironicolau.iuperj.br/>).

Houve também, uma tentativa de utilizar uma variável referente a reeleições para o modelo, mas esta variável apresentou um grau de confiança de 100% em todas as variações de modelo tentadas, logo essa variável foi desconsiderada como relevante por haver algo que não permitia a análise.

II.II – Limitações do Modelo

Por este ser um trabalho de graduação existem algumas limitações consideráveis ao modelo. Primeiramente, seria muito interessante buscar as variáveis macroeconômicas para cada estado, fazendo, provavelmente, que seus efeitos sejam mais visíveis para cada estado pontualmente.

Outra limitação é o número de eleições a serem analisadas. Devido ao longo período de ditadura militar, o número de eleições é muito reduzido, restringindo uma melhor análise dos resultados.

A análise sobre o poder dos partidos de centro no Brasil também deveria ser analisada, mas existe uma limitação tecnológica quanto à potência dos softwares utilizados para esta monografia (Excel, SPSS e Eviews).

Alem destas, por este ser um trabalho de graduação existe a questão da falta de conhecimentos mais profundos de econometria necessários para uma análise mais precisa de todos os resultados obtidos.

II.III – Equações e Resultados

¹⁵ Dados do WWW.IPEADATA.gov.br

II.III.I - Equações

Para avaliar a relevância das variáveis, elas serão analisadas primeiramente uma a uma, as outras variáveis serão adicionadas aos poucos para, desta forma, termos uma equação completa para ser analisada.

A primeira variável a ser analisada será a taxa de inflação. Usando o programa Eviews para criar a equação, o seguinte resultado é analisado.

	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	1.154219	0.165348	6.980533	0.0000
IGPDI	0.000346	0.000283	1.222873	0.2214
McFadden R-squared	0.016867	Mean dependent var		0.898649
S.D. dependent var	0.302818	S.E. of regression		0.302489
Akaike info criterion	0.672045	Sum squared resid		13.35894
Schwarz criterion	0.712548	Log likelihood		-47.73132
Hannan-Quinn criter.	0.688501	Restr. log likelihood		-48.55023
LR statistic	1.637820	Avg. log likelihood		-0.322509
Prob(LR statistic)	0.200625			
Obs with Dep=0	15	Total obs		148
Obs with Dep=1	133			

A tabela acima mostra que esta variável não é tão relevante para o resultado da eleição nesta equação. Na coluna “Prob.” pode-se ver que usando a hipótese nula, ou seja, se essa variável fosse nula qual seria a chance de prever a variável dependente, neste caso, “eleição”, a confiança que podemos ter é de “apenas” 78%. Para o cálculo deste indicador, basta subtrair o valor encontrado na coluna de 1(um), o resultado neste caso é 0,7786. Para ser considerável relevante, é preciso ter mais de 95% de confiança.

A taxa de confiança da equação está descrita na linha sob o nome de Prob (LR statistic), e como pode ser visto, a equação não é confiável.

O valor da coluna “coefficient” que quer dizer coeficiente mostra que, por ser positivo, existe uma relação positiva entre aumento da inflação e os votos em partidos de esquerda. Mas novamente, a equação não é confiável.

A próxima variável a ser testada será a taxa de variação do salário real.

	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	1.401631	0.195759	7.159966	0.0000
V_S_R	-0.019958	0.019535	-1.021618	0.3070
McFadden R-squared	0.011683	Mean dependent var		0.898649
S.D. dependent var	0.302818	S.E. of regression		0.303318
Akaike info criterion	0.675446	Sum squared resid		13.43227
Schwarz criterion	0.715949	Log likelihood		-47.98299
Hannan-Quinn criter.	0.691902	Restr. log likelihood		-48.55023
LR statistic	1.134473	Avg. log likelihood		-0.324209
Prob(LR statistic)	0.286823			
Obs with Dep=0	15	Total obs		148
Obs with Dep=1	133			

O resultado desta equação é similar ao resultado da equação passada, a variável “v_s_r” não se demonstrou significativa e a equação tampouco. É relevante verificar que o coeficiente desta variável é negativo, ou seja, existe uma relação oposta entre aumento do salário real e votos para a esquerda.

A próxima variável a ser analisada é a “Variação da renda doméstica”.

	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	1.291994	0.163024	7.925164	0.0000
V_RENDAD	-0.173246	0.782715	-0.221340	0.8248
McFadden R-squared	0.000500	Mean dependent var		0.898649
S.D. dependent var	0.302818	S.E. of regression		0.303822
Akaike info criterion	0.682783	Sum squared resid		13.47696
Schwarz criterion	0.723286	Log likelihood		-48.52596
Hannan-Quinn criter.	0.699239	Restr. log likelihood		-48.55023
LR statistic	0.048541	Avg. log likelihood		-0.327878
Prob(LR statistic)	0.825623			
Obs with Dep=0	15	Total obs		148
Obs with Dep=1	133			

O coeficiente desta variável mostra que existe uma relação negativa entre aumento da renda domiciliar e o voto a partidos de esquerda, mas essa variável por si só demonstrou um altíssimo grau de rejeição, assim como a equação. Logo essa equação não é adequada para nossos propósitos.

A próxima variável a ser analisada é a variação do PIB per capita.

	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	1.344603	0.154323	8.712918	0.0000
V_PIB_PC	-0.070610	0.043151	-1.636348	0.1018
McFadden R-squared	0.029638	Mean dependent var		0.898649
S.D. dependent var	0.302818	S.E. of regression		0.302195
Akaike info criterion	0.663666	Sum squared resid		13.33296
Schwarz criterion	0.704169	Log likelihood		-47.11130
Hannan-Quinn criter.	0.680122	Restr. log likelihood		-48.55023
LR statistic	2.877864	Avg. log likelihood		-0.318320
Prob(LR statistic)	0.089805			
Obs with Dep=0	15	Total obs		148
Obs with Dep=1	133			

Esta variável mostrou uma relevância muito maior, próxima de 90%, ou seja, essa variável é relativamente confiável já que seu coeficiente mostra que existe uma relação inversa entre aumento do PIB per capita e voto a partidos de esquerda.

Com isso, temos a tabela abaixo:

Equação	IGPDI		Variação Renda domiciliar		Variação Salário Real		Variação PIB per capita	
	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.
eleicao c igpdi	0,000346	0,2214	x	x	x	x	x	x
eleicao c v_rendad	x	x	-0,173246	0,8248	x	x	x	x
eleicao c v_s_r	x	x	x	x	-0,01996	0,307	x	x
eleicao c v_pib_pc	x	x	x	x	x	x	-0,07061	0,1018

*As células em azul mostram as probabilidades que tornam as variáveis e equações não relevantes (menos de 90%)

Como nenhuma das variáveis mostrou relevância acima de 90% é preciso unir mais de uma variável na mesma equação para verificar de fato sua relevância.

A tabela abaixo mostra o resultado da junção de duas variáveis na mesma equação.

Equação	IGPDI		Variação Renda domiciliar		Variação Salário Real		Variação PIB per capita		Equação Prob (LR statistic)
	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	
eleicao c igpdi v_s_r	0,000275	0,3921	x	x	-0,01131	0,6179	x	x	0,388864
eleicao c igpdi v_rendad	0,000356	0,2204	0,118151	0,8857	x	x	x	x	0,436357
eleicao c igpdi v_pib_pc	0,000272	0,3764	x	x	x	x	-0,06482	0,1583	0,156499
eleicao c v_rendad v_s_r	x	x	0,781785	0,476	-0,03296	0,2234	x	x	0,43768
eleicao c v_rendad v_pib_pc	x	x	2,814675	0,0473	x	x	-0,1959	0,0125	0,02925
eleicao c v_s_r v_pib_pc	x	x	x	x	0,007821	0,7902	-0,02739	0,1892	0,228908

*As células em azul mostram as probabilidades que tornam as variáveis e equações não relevantes (menos de 90%)

** a equação em verde demonstrou relevância.

Essa tabela mostra que a equação que usa as variáveis Renda Domiciliar e variação do PIB per capita demonstrou ser relevante, e a variável Renda Domiciliar que havia se demonstrado pouquíssimo relevante agora se torna importante.

A variável “v_pib_pc” foi, em todos os momentos, a variável mais relevante, logo é preciso dispensar uma atenção especial a esta variável.

Para uma equação mais completa, uma terceira variável será adicionada.

IGPDI	Variação Renda domiciliar	Variação Salário Real	Variação PIB per capita	Equação
-------	---------------------------	-----------------------	-------------------------	---------

Equação	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Prob (LR statistic)
eleicao c igpdi v_rendad v_s_r	0,000254	0,4292	0,695522	0,5269	-0,02403	0,4287	x	x	0,513093
eleicao c igpdi v_rendad v_pib_pc	0,000549	0,1729	3,623436	0,0259	x	X	-0,25016	0,0205	0,024738
eleicao c igpdi v_s_r v_pib_pc	0,000341	0,2877	x	x	0,020389	0,5194	-0,09227	0,1451	0,248206
eleicao c v_rendad v_s_r v_pib_pc	x	x	3,166769	0,0505	-0,01778	0,6108	-0,1894	0,021	0,062039

*As células em azul mostram as probabilidades que tornam as variáveis e equações não relevantes (menos de 90%)

** a equação em verde demonstrou relevância.

Estas equações já apresentaram uma significância maior, mas ainda não foi possível encontrar uma equação que contenha todas as variáveis relevantes e uma confiança considerável na equação. Até agora, apenas a equação que leva em consideração a Renda Domiciliar Per capita e a variação do PIB per capita conseguiu ter ambas as variáveis relevantes e a equação também.

Todas as equações acima levavam em consideração apenas o ano da eleição para determinação das variáveis. O intuito disso seria testar se os brasileiros levam em consideração questões mais imediatas para fazer suas escolhas. Essa hipótese não pode ser descartada uma vez que existem variáveis que mesmo sendo recentes afetam o voto.

Para testar essa hipótese é preciso comparar com algum dado mais concreto. Para tanto, analisaremos as mesmas variáveis mas, ao invés de levarmos somente em consideração o ano da eleição, usaremos o acumulado dos quatro anos entre uma eleição e outra.

Acumulados

Equação	IGPDI		Variação Renda domiciliar		Variação Salário Real		Variação PIB per capita	
	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.
eleicao c igpdi	8,27E-08	0,5767	x	x	x	x	x	x
eleicao c v_rendad	x	x	-0,003084	0,6322	x	x	x	x
eleicao c v_s_r	x	x	x	x	-0,50453	0,1303	x	x
eleicao c v_pib_pc	x	x	x	x	x	x	-0,07477	0,0699

Equação	IGPDI		Variação Renda domiciliar		Variação Salário Real		Variação PIB per capita		Equação
	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	
eleicao c igpdi v_s_r	1,06E-07	0,5894	x	x	-0,65403	0,1333	x	x	0,273005
eleicao c igpdi v_rendad	6,37E-08	0,7065	-0,001717	0,817	x	x	x	x	0,830127

eleicao c igpdi v_pib_pc	4,07E-08	0,7982	x	x	x	x	-0,0787	0,0735	0,144365
eleicao c v_rendad v_s_r	x	x	-0,001935	0,7841	-0,49382	0,1424	x	x	0,304058
eleicao c v_rendad v_pib_pc	x	x	0,030392	0,02	x	x	-0,2225	0,0036	0,009079
eleicao c v_s_r v_pib_pc	x	x	x	x	-0,39345	0,2731	-0,07004	0,1188	0,081995

Equação	IGPDI		Variação Renda domiciliar		Variação Salário Real		Variação PIB per capita		Equação
	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Coefficiente	Prob.	Prob (LR statistic)
eleicao c igpdi v_rendad v_s_r	1,73E-07	0,4374	-0,000512	0,5395	-0,7222	0,1091	x	x	0,395276
eleicao c igpdi v_rendad v_pib_pc	6,03E-08	0,71	0,031681	0,0192	x	x	-0,22312	0,0036	0,022872
eleicao c igpdi v_s_r v_pib_pc	-2,18E-07	0,2729	x	x	-0,67859	0,1313	-0,08732	0,0797	0,102898
eleicao c v_rendad v_s_r v_pib_pc	x	x	0,028841	0,034	-0,16755	0,6656	-0,21244	0,0084	0,022402

*As células em azul mostram as probabilidades que tornam as variáveis e equações não relevantes (menos de 90%)

** a equação em verde demonstrou relevância.

É possível ver que há certa melhora de grau de confiança em algumas variáveis e equações. Uma equação em especial chama muito a atenção. A equação que possuiu a melhor relevância no primeiro bloco de equações quando consideramos o acumulado de 4 anos novamente tem um grau de relevância muito alto.

A equação que leva em consideração a variação da Renda domiciliar per capita e a variação do PIB per capita teve uma probabilidade muito alta, acima de 99%, e ambas as variáveis se mostraram com grau de confiança acima de 95%. Logo, esta equação é a mais confiável de todas demonstradas acima.

II.III.II Resultados Matemáticos

Com toda essa informação disposta podemos tirar algumas conclusões quanto à relevância de cada variável escolhida. A variável Inflação demonstrou ser a menos confiável. Essa conclusão é interessante, uma vez que a inflação é uma das bases de campanha da maior parte dos políticos brasileiros. Em seu momento mais confiável, a variável apresentou grau de confiança abaixo de 75%

A variação do Salário Real possui certa relação com a variável Inflação, e também não apresentou uma grande relevância para a confiança das equações. Mas é interessante notar que há um aumento significativo na confiança a esta variável ao considerarmos o acumulado dos últimos quatro anos e não apenas o ano da eleição. Em apenas uma das equações com variáveis acumuladas o grau de confiança foi menor. Em

outras, a confiança chegou a triplicar, mas ainda assim não tornando a variável confiável.

A variável v_rendad apresentou um resultado interessante: em alguns momentos apresentou uma significância alta e em outros apresentou uma relevância considerável. Este fato aconteceu quando a variável foi utilizada ao mesmo momento que a variável v_pib_pc .

Esta variável se mostrou extremamente relevante em quase todas as equações. Esta variável, que, embora, por si só não consiga prever o resultado da eleição, em conjunto com outras variáveis se mostrou muito importante.

Podemos tirar uma conclusão interessante desses resultados. O aumento do PIB per capita não ter significância isoladamente demonstra que os eleitores não se preocupam apenas se o País está crescendo, sendo necessário haver um aumento conjugado da renda domiciliar. Interessante também reparar no sinal dos coeficientes destas duas variáveis, pois eles são opostos. Ou seja, o aumento do PIB per capita é visto como algo positivo para os partidos de direita, uma vez que o coeficiente é negativo.

Outro coeficiente que chama atenção é o da variável renda domiciliar. Este variou entre positivo e negativo, mas foi apenas relevante quando esteve positivo, logo podemos concluir que este é o sinal adequado para a variável. Isso significa que um aumento da renda domiciliar é algo bom para os partidos de esquerda.

II.IV Interpretação dos Resultados

Agora que possuímos definições sobre Esquerda e Direita e resultados matemáticos do modelo podemos tirar algumas conclusões.

Algumas teorias tratam destes resultados, a teoria de ciclos econômicos, diz que após um período de crescimento, e logo, de inflação, há um período de recessão, e controle de preços, pode-se interpretar como um período de Esquerda, promovendo crescimento, e um período para controlar e dar estabilidade a econômica do país. Essa teoria pode ser testada com os resultados do modelo desta monografia. Mas e estes modelos e teorias normalmente levam em consideração eleições para o executivo e não para o legislativo, mas ainda assim vale testar a hipótese.

O resultado mais surpreendente apresentado por este modelo é que a variável Inflação, não foi relevante para escolha do candidato. Existem algumas possíveis interpretações para isso. Pode haver uma crença de que os deputados não são

responsáveis por esta variável e logo, não haveria relação entre o cargo e esta variável. Outra explicação possível é que esta variável não seja considerada pela população como uma variável relevante, embora esta hipótese seja mais irreal, uma vez que a inflação é um “fantasma” para o povo brasileiro que sofreu com um índice de mais de 2000% de inflação em um ano.

Ou, a mais plausível é que a inflação *enquanto tal* não exerce influência sobre as escolhas do eleitorado diretamente, mas sim através da sua associação ao processo de crescimento. O Brasil é um país em que a renda é extremamente concentrada e existe uma imensa massa de trabalhadores informais e de baixa renda, o fator mais decisivo é, segundo o nosso modelo, o crescimento e a geração de renda, assim, uma política de estabilidade econômica só beneficiará eleitoralmente a Direita se redundar, de algum modo, em geração de renda.

O coeficiente, desta variável, ser positivo também foi uma surpresa, a teoria de “ciclos econômicos” sugeriria exatamente o oposto. Mas, como foi dito no primeiro capítulo, as concepções de direita e esquerda em cada país são diferentes.

A variável Variação do Salário Real é outra que não apresentou relevância no modelo. Isso faz sentido uma vez que a inflação não se mostrou tão relevante, para se ter certeza, uma pesquisa futura sobre a relação de salários mínimos reais e nominais seria de grande interesse. Essa monografia não entrou em detalhes uma vez que a análise de salários nominais e reais seria de um grande trabalho e não estava no escopo da proposta.

O coeficiente desta variável de certo modo corrobora a hipótese de ciclos econômicos, uma vez que após um período de crescimento de renda deveria haver um maior controle da renda. Como esta variável não apresentou um grau de confiabilidade considerável, não é possível fazer muitas suposições.

As outras duas variáveis analisadas apresentaram grau de significância considerável. É interessante notar que existem, de acordo com o modelo, duas variáveis macroeconômicas que ajudam o eleitor a decidir ser voto. Muitas pessoas, entrevistadas informalmente antes da elaboração desta monografia,¹⁶ acreditam que as variáveis macroeconômicas são completamente irrelevantes para a escolha de um candidato, mas o modelo mostrou o contrário.

¹⁶ A maior parte das pessoas que foram perguntadas informalmente não acreditava que haveria qualquer relação entre as variáveis macroeconômicas e o resultado das eleições

A variável Renda Domiciliar per capita se demonstrou bastante relevante quando em conjunto com a variável PIB per capita. Estas variáveis quando juntas puderam criar uma equação com grau de confiança acima de 99%. Isso significa que a distribuição de renda é um fator importantíssimo para o eleitorado brasileiro. Isso não é surpresa uma vez que deputados são responsáveis por leis que podem alterar esse status quo de má distribuição de renda que existe no Brasil.

O interessante do resultado encontrado foram os sinais dos coeficientes destas variáveis, uma vez que estes são distintos. Um aumento do PIB per capita significa que haverá um aumento dos votos em partidos considerados de Direita, enquanto o aumento da renda domiciliar per capita significa um aumento nos votos nos partidos considerados de Esquerda – ou seja, o eleitor distingue perfeitamente bem entre o crescimento da riqueza social geral (o que inclui o excedente social geral) e o crescimento de sua renda familiar, tem uma percepção da distribuição do produto social geral por classes sociais.

Os resultados podem gerar muitas de suposições que não podem ser confirmadas apenas com os dados que esta monografia possui, mas é um excelente tópico a ser desenvolvido por pesquisas futuras.

Conclusão

Após fazer esse estudo sobre as eleições para deputados, foi possível verificar que o eleitor brasileiro leva em consideração variáveis macroeconômicas, em especial, a variação de renda, no momento que vai às urnas, para escolher seu candidato a deputado.

Isso pode ser uma surpresa, uma vez que o povo brasileiro é considerado um povo pouco politizado e desinformado, se comparado com países mais desenvolvidos,

que possuem uma juventude mais ativa politicamente, mas mesmo assim o povo brasileiro ainda tem acesso a certo grau de informação, e conhecimentos que lhe permitam interpretar essas informações, e com isso fazem escolhas mais conscientes.

A qualidade dos políticos brasileiros não está sendo posta em questão aqui, nem o fato de pessoas sem o menor histórico de vida política ser eleitas, muitas vezes apenas por sua popularidade como artista.

O fato relevante identificado por esta monografia é que há efetivamente um efeito das variáveis macroeconômicas sobre os eleitores e que esses efeitos não podem ser descartados.

Notas do Autor,

Devido a falta de pesquisas que existem sobre o assunto no Brasil. Há uma grande necessidade de se estudar as eleições brasileiras para que se tenha um melhor entendimento do pensamento do cidadão, estas pesquisas deveriam ser feitas com maior periodicidade, não apenas em anos eleitorais, quando o eleitor sofre um “bombardeio” de informações e pode afetar o resultado da pesquisa.

Para que haja um maior entendimento sobre como funciona a cabeça do eleitor é preciso que haja muitas outras pesquisas. Esta monografia recomenda pesquisas qualitativas com eleitores para verificar as variáveis mais relevantes, além de uma segmentação maior entre eleitores, por renda e geograficamente.

Referências Bibliográficas

ALDÉ, Alessandra. *A Construção da Política*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

ALMDEIDA, Carlos Alberto. *A Cabeça do Eleitor*, Rio de Janeiro: Editora Record, 2008

- BORSANI, Hugo. *Eleições e Economia*, Minas Gerais: Editora UFMG, 2003
- BRENNAN, Geoffrey. *Democracy & Decision*, Cambridge: Cambridge Press, 1993
- DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*, Nova York: Harper and Row, 1957
- KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007
- LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas Urnas*, Rio de Janeiro: Iuperj / Rio fundo Editora .1991
- LIPSET, Seymour M. *O Homem Político*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1967
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*.
http://books.google.com.br/books?id=6eM6YrMj46sC&dq=schumpeter+capitalism,+socialism+and+democracy&printsec=frontcover&source=bn&hl=pt-BR&ei=yi_vSqTnEYOTIAeaoLD_BA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=4&ved=0CBsQ6AEwAw#v=onepage&q=&f=true – Schumpeter – acessado em 1/11/09
- SILVEIRA, Flávio Eduardo. *O novo Eleitor não-racional*, São Paulo: Depto de Sociologia da FFLCH-USP (tese de doutorado), 1996
- SINGER, André. *Esquerda de Direita no Eleitorado Brasileiro*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002
- VOX POPULI. *Pesquisa de Opinião Pública Nacional*, Julho de 2008
<http://www.voxpopuli.com.br/eleicoes.html>, acessado em 23 de julho de 2009
- VOX POPULI.
http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_pesquisas/pesquisa_exclusiva/id280402.htm, de abril de 2002
<http://www.voxpopuli.com.br/eleicoes.html>, acessado em 23 de julho de 2009
- <http://www.teleco.com.br/internet.asp> acessado em 16 de fevereiro de 2010
- <https://woc.uc.pt/feuc/getFile.do?tipo=2&id=8539> acessado em 16 de fevereiro de 2010